

Para os novos, o empurrão que faltava.

Cem empresas nascentes e inovadoras de base tecnológica podem se candidatar à inclusão no programa Startup Brasil, do governo federal.

Karina Lignelli

Ainda dá tempo: até sexta-feira próxima, dia 31, estarão abertas as inscrições do Startup Brasil, programa do governo federal ligado ao plano TI Maior, que escolherá 100 empresas nascentes e inovadoras de base tecnológica, nacionais ou estrangeiras. As contempladas receberão recursos públicos e privados por meio das nove aceleradoras selecionadas. Serão R\$ 200 mil para cada uma delas, concedidos em forma de bolsas de pesquisa, desenvolvimento e inovação pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e recursos adicionais das aceleradoras, que variam entre R\$ 20 mil e R\$ 1 milhão.

No Startup Brasil, o prazo para execução das propostas aprovadas pelas aceleradoras 21212, Microseratch, Papaya, Pipa, Wayra (da Telefônica), Fumsoft, Outsource e Start You Up – que terão pequena participação nos negócios das startups aceleradas –, será 12 meses, prorrogáveis por mais seis.

postas e modelo de negócios.

Crerios de julgamento – Porém, a capacidade que a solução apresentada tem de ser replicável e escalável – ou seja, gerar retorno financeiro rápido – e sua diferenciação frente às outras propostas é o critério que terá mais peso no julgamento, diz a advogada Beatriz Zancaner Costa Furtado, do escritório Zancaner, Costa, Bastos e Spiewak. "É um quesito fundamental, já que há um grande número de startups com soluções inovadoras, mas difíceis de serem implementadas no mundo real", explica.

Mesmo sendo uma inovação por parte do governo – promover o encontro entre aceleradoras e startups para que essas empresas nascentes aprendam a fazer seu modelo de negócio "par em pé", segundo Beatriz – o ideal é que essas startups pesquisessem antes de indicar qual sua (ou suas) aceleradora preferida ao se inscrever no Startup Brasil para avaliar se as políticas de cada uma são compatíveis às expectativas, diz a advogada. Segundo ela, não há critérios objetivos pré-definidos para se associar às aceleradoras: a relação será negociada direto entre as partes.

"Vale até tentar abordá-la antes para ver se há interesse no modelo de negócio desenvolvido pela startup, e contar com um advogado especializado para negociar o contrato com a aceleradora", orienta. O advogado Flavio Picchi, especialista em fusões e aquisições e responsável pelo blog StartDireito.com.br, salienta que o Startup Brasil é um projeto estatal de fundo que conseguiu estabelecer bons princípios de cooperação entre estados e entidades especializadas.

das em empreendedorismo inovador (as aceleradoras). Nesse típico modelo de "parceria-público-privada", sendo ele, a ideia de deixar detalhes em aberto (como a forma de associação entre as partes) pode fomentar o processo de competição entre os melhores projetos, acredita. Os critérios de seleção técnica, opina Picchi, são muito bem-vindos pelo diferencial de não ser um 'one size fits all', ou seja, não é uma chamada de financiamento em que todos os candidatos a receber são basicamente semelhantes – como linhas de crédito para produtores rurais, por exemplo, onde há ciclos estabelecidos que permitem padronização.

"O que se tem que levar em conta é que startups vão querer estar junto das aceleradoras mais conhecidas, e as aceleradoras vão querer hospedar startups com mais viabilidade econômica. No empreendedorismo, o fator risco é primordial, e uma a cada dez startups é bem sucedida. O Startup Brasil não é (nem deve ser) um programa de financiamento a fundo perdido de ideias, mas um mecanismo institucional de concretizar projetos viáveis economicamente", completa.

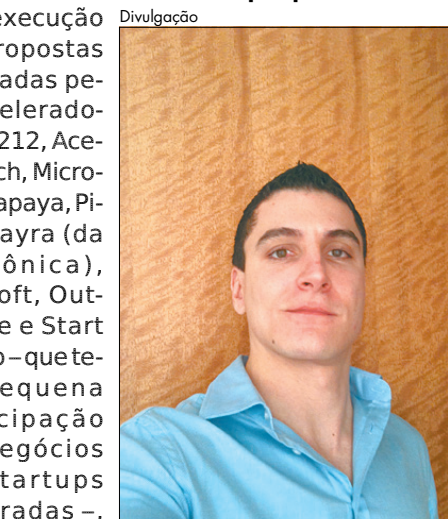
Flavio Picchi, advogado.

Flavio Picchi, advogado.

Arquivo pessoal



Beatriz: pesquisar antes.



Picchi: boa cooperação.

Como o governo prevê acelerar 150 empresas por meio do programa até 2014, quem não for selecionado na primeira etapa pode participar da próxima, a partir de 19 de novembro.

Mas é preciso ter atenção a alguns detalhes. Entre os critérios de seleção das startups estão os de elegibilidade – no qual contam pontos o currículo acadêmico da equipe e o fato de a empresa ser constituída em menos de três anos –, e os de julgamento – grau de inovação do produto ou serviço e impactos econômicos, sociais e ambientais da pro-

BVEP Empreendimentos Imobiliários SPE III S.A.

Table with financial data for BVEP Empreendimentos Imobiliários SPE III S.A. including balance sheet and income statement for 2012.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional - A BVEP Empreendimentos Imobiliários SPE III S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 28 de março de 2012, de acordo com as leis brasileiras e domiciliada no Brasil. O endereço do escritório da Companhia é Praia de Botafogo nº 228, 12º andar, sala 1201 F parte, Rio de Janeiro. A Companhia foi constituída com o objetivo principal de incorporação, exploração comercial e administração de imóveis.

2 Base de preparação das demonstrações financeiras - As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e emanadas das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, bem como alterações introduzidas com o advento da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, nos pronunciamentos, orientações e instrumentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), especificamente o CPC para Pequenas e Médias Empresas (PME), deliberados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em 11 de maio de 2012, e autorizou a conclusão das demonstrações financeiras em 19 de março de 2013, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que tiveram efeito sobre as demonstrações financeiras. **a. Base de Mensuração** - As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. **b. Moeda funcional e moeda de apresentação** - As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **c. Uso de estimativas e julgamentos** - A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas emitidas pelo CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e aplique premissas que afetam a adoção de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de maneira contínua em relação a eventos e condições que possam ser a principal relacionada a ajuste das propriedades para investimento ao valor de mercado, as quais são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3 Principais práticas contábeis - As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nas demonstrações financeiras. **a. Reconhecimento de receita de juros** - A sociedade reconhece-se em fase de planejamento e desenvolvimento de empreendimentos imobiliários, portanto não apresenta receitas da atividade fim, somente despesas com matérias de consumo, necessárias a sua constituição e manutenção, bem como receitas financeiras as quais foram reconhecidas conforme o regime contábil da competência do exercício. **b. Caixa e equivalentes de caixa** - Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, para investimento e/ou outros fins. A Companhia considera caixa saldos em conta corrente de movimento, aplicações financeiras de conversibilidade imediata em moeda de conhecimento de caixa e estando sujeitas a insignificante risco de mudança de valor e resgatáveis em até 90 dias. **c. Estoques** - Os estoques são compostos pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é composto do valor pago pelo imóvel adquirido para incorporação imobiliária, acrescido dos gastos com construção e encargos financeiros oriundos da compra do imóvel. **d. Outros ativos e passivos** - Um ativo reconhecido no balanço quando o tratamento contábil apropriado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **e. Tributação - Imposto de renda e contribuição social** - As provisões de imposto de renda e contribuição social sobre lucro fiscal são calculadas pelo regime de tributação do Lucro Presumido. No lucro presumido, as alíquotas de Imposto de Renda e Contribuição Social são de 15% e 9%, respectivamente, sobre a base presumida de receita, ou seja, conforme receita correspondente. **f. Provisões** - Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal reconstrutiva que possa ser exigida para liquidar a dívida, é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. **g. Instrumentos financeiros** - De acordo com o CPC aplicável as pequenas e médias empresas (PME) o reconhecimento, mensuração e evidenciamento dos instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia são registrados ao custo amortizado. A Companhia reconhece, um ativo financeiro por seu valor presente à vista, incluindo o pagamento dos juros, quando aplicável. A Companhia reconhece títulos de dívidas emitidos por passivos subordinados inicialmente no dia 27/12/11 em que o originador não possui registro na Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social - SEADS sob nº 308, no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA sob nº 611/CMDCA/96 e no Conselho Municipal de Assistência Social - COMAS sob o nº 340/2005. Goza de imunidade tributária por ser considerada de Utilidade Pública Municipal, Estadual e Federal por força dos Decretos nº 14.544, de 19.05.1977, nº 50.333 de 09/12/2005 e nº 09 de 07 de janeiro de 2004, respectivamente, e certificada pelo Conselho Nacional de Assistência Social como Entidade Beneficente de Assistência Social, em 20 de outubro de 2005, pela Resolução nº 177. **2. Principais práticas contábeis** - Na elaboração das demonstrações financeiras de 2012, a Entidade adotou a Lei nº

4 Caixa e equivalentes de caixa 31/12/2012 Caixa 1.100 Bancos 278.578 Aplicações financeiras 349.057 Total do ativo circulante 738.735

5 Estoques - Tipo de projeto: Comercial. Localidade: Rua do Passeio 78, Rio de Janeiro-RJ. Data de início do projeto: 23/07/2012. Tempo de duração da construção do projeto: 891 dias (31/12/2012). Percentual que já foi construído do projeto: 0%. Data prevista de entrega do projeto (Habite-se): Dezembro/2014.

6 Patrimônio líquido - Constituída em 28 de março de 2012, o capital social subscrito e totalmente integralizado da Companhia é de R\$ 93.912.247, dividido por 93.912.247 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

7 Imposto de renda e contribuição social - A base de tributável para apuração do imposto de renda e da contribuição social do exercício corrente foi o saldo integral da receita financeira aplicado às alíquotas de 15% para imposto de renda mais 10% adicional e de 9% para contribuição social.

8 Despesas gerais e administrativas 2012 Serviços Prestados - PJ 457.987 Assistência Jurídica 52.250 IPTU 28.947 Assistência Contábil 12.500 Total 551.684

9 Provisão para litígios e depósitos judiciais - A Companhia, em 31 de dezembro de 2012, com base na opinião de seus assessores jurídicos, não tem nenhuma provisão para litígios e depósitos judiciais.

10 Instrumentos Financeiros - Considerações gerais - Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologia de estimativa poderão ter um efeito diferente nos valores estimados de

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Ações Acionistas e Diretores da BVEP Empreendimentos Imobiliários SPE III S.A. São Paulo - SP Examinamos as demonstrações financeiras da BVEP Empreendimentos Imobiliários SPE III S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado e do fluxo de caixa, para o período de 28 de março (início das atividades da Companhia) a 31 de dezembro de 2012, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras - A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para as pequenas e médias empresas (NBC TG 1000), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obten-

ção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria sobre as demonstrações financeiras. Em nossa opinião, não expressamos uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras - Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BVEP Empreendimentos Imobiliários SPE III S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 28 de março a 31 de dezembro de 2012, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000).

São Paulo, 07 de maio de 2013

KPMG Auditores Independentes Ederson Rodrigues de Carvalho
CRC 25P014428/O-6 Contador CRC 15P199028/O-1

Associação Beneficente Sírio Libanese - CNPJ nº 43.654.110/0001-80

Table with financial data for Associação Beneficente Sírio Libanese including balance sheet and income statement for 2012.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Exercício findo em 31 de dezembro de 2012 - (em reais)

1. Contexto Operacional - Fundada em 12 de outubro de 1924 por um grupo de moças da colônia síria, a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SÍRIO LIBANESE está estabelecida em sede própria na Rua Augusta nº 2.933, 4º andar, sala 42 em São Paulo - Capital e mantém filial na Rua Joaquim de Almeida nº 403/411 - CEP: 04050-011, onde funciona a Creche Adélia Curi, é uma entidade sem fins lucrativos, que tem por finalidade atender e manter o bem estar e o desenvolvimento social e educacional das crianças acolhidas em suas unidades prestando serviços permanentes e gratuitos aos seus assistidos, sem qualquer discriminação. A Associação possui registro na Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social - SEADS sob nº 308, no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA sob nº 611/CMDCA/96 e no Conselho Municipal de Assistência Social - COMAS sob o nº 340/2005. Goza de imunidade tributária por ser considerada de Utilidade Pública Municipal, Estadual e Federal por força dos Decretos nº 14.544, de 19.05.1977, nº 50.333 de 09/12/2005 e nº 09 de 07 de janeiro de 2004, respectivamente, e certificada pelo Conselho Nacional de Assistência Social como Entidade Beneficente de Assistência Social, em 20 de outubro de 2005, pela Resolução nº 177. **2. Principais práticas contábeis** - Na elaboração das demonstrações financeiras de 2012, a Entidade adotou a Lei nº

3. Imobilizado/Intangível

Table with financial data for Imobilizado/Intangível including description, cost, depreciation, and book value for 2012 and 2011.

4. Auxílios e Subvenções - No exercício de 2012, a Entidade recebeu da Diretoria Regional de Educação - Iliraponga o montante de R\$ 567.515,59. **Doações** - Eventualmente a Entidade recebe doações de pessoas físicas/jurídicas e neste exercício

for recebido o total de R\$ 168.729,66. **Isenções Usufruidas** - As isenções das contribuições sociais usufruidas nos anos de 2012 e 2011 estão registradas na conta "Isenção das Contribuições Sociais Usufruidas e Custo da Contribuição

Companhia Mecânica Auxiliar - CNPJ nº 61.086.740/0001-87 - NIRE nº 35.300.068.157
Ata Sumária - Data e Local: 25 de abril de 2013, às quatorze horas, na sede social, em São Paulo, na Alameda Itu, 852, 4º andar, Cerqueira César, **Quorum:** a totalidade do capital social; **Instalação:** artigo 124 da Lei nº 6.404/76; **Mesa:** Presidente - Arthur Brandi Mascioli; Secretário - Manuel Vazquez Fariña; **Deliberações:** A assembleia dos acionistas decidiu, por unanimidade: 1 - Aprovar as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, publicadas no Diário Oficial do Estado e no Diário do Comércio, edições de 18 de abril de 2013; 2 - Autorizar a diretoria a promover a distribuição de lucros acumulados; 3 - Os honorários dos diretores ficam mantidos, conforme estabelecido na AGO de 15 de abril de 2005. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se esta ata que, aprovada, é assinada pelos membros da mesa e acionistas: Presidente: Arthur Brandi Mascioli; Secretário: Manuel Vazquez Fariña; Acionistas: Arthur Brandi Mascioli e Renata Mascioli. Confere com o original. São Paulo, 25 de abril de 2013. Manuel Vazquez Fariña, Secretário. JUCESP nº 190.296/13-6 em 21.05.2013. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SOROCABA
O Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Sorocaba comunica aos interessados que está temporariamente **SUSPENSA** a Concorrência nº 02/2013 - Processo nº 2.940/2013, destinada à contratação de empresa de engenharia para elaboração de Projeto Básico de ampliação e adequação da Estação de Tratamento de Esgoto Pitico, neste município, tendo em vista que ocorrerão adequações no edital.
Sorocaba, 27 de maio de 2013.
Comissão Especial de Licitações - Jovelina Rodrigues Bueno - Presidente.

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SOROCABA
O Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Sorocaba comunica que se acha aberto no Sistema Eletrônico do Banco do Brasil o **Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 38/2013 - Processo nº 3.480/2013**, destinada a aquisição de ferramentas diversas, pelo tipo menor preço. Sessão Pública: dia 14/06/2013, às 11:00 horas. O edital completo será disponibilizado no site www.licitacoes-e.com.br. Informações pelos telefones: (15) 3224-5825/5811/5812/5813/5814/5815/5816/5817/5818/5819/5821/ 5822/5823/5824/5810 e 5826 ou aquisição do edital completo à Avenida Pereira da Silva, nº 1.285, no Setor de Licitação e Contratos. Sorocaba, 27 de maio de 2013. Ivan Flores Vieira - Pregoeiro

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SOROCABA
O Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Sorocaba comunica que se acha aberto, o **Pregão Eletrônico nº 36/2013 - Processo nº 1.725/2013**, destinado à contratação de empresa para locação, instalação e configuração de impressoras a laser monocromáticas multifuncionais, impressoras a laser monocromáticas, impressoras a laser coloridas (policromáticas) e impressoras jato de tinta coloridas (policromáticas) para serem utilizadas por esta Autarquia, SESSÃO PÚBLICA dia 12/06/2013 às 14:00 horas. Informações pelo site www.licitacoes-e.com.br, pelos tel. (15) 3224-5810/5811/5812/ 5813/5814/5815/5816/ 5817/5819/5824/5825/5826, ou pessoalmente na Av. Pereira da Silva, nº 1.285, no Setor de Licitação e Contratos. Sorocaba, 27 de maio de 2013. Ema Rosane Lied Garcia Maia - Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI
Aviso de Retificação de Edital
Edital nº 312/2013 - Reti Rati do Edital nº 27/2013 - Concorrência Pública nº 04/2013
Objeto: fidejussão de Anexo II do Edital e ratificação das demais cláusulas e condições estabelecidas no Edital nº 27/2013 - Concorrência Pública nº 04/2013. O Edital de Retificação na íntegra poderá ser retirado gratuitamente através do site www.birigui.sp.gov.br ou na Seção de Licitações. Informações: - Seção de Licitações ou pelos telefones (18) 3643.6125/6126. Pedro Felício Estrada Bernabé, Prefeito Municipal, Birigui, 27/05/2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI
SUSPENSÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 342/013.
Após verificar erro de digitação quanto ao item 5.7 do Edital, a pregoeira designada pela Portaria nº 50/2011 torna público que o Pregão Presencial nº 342/2013, o qual visa o registro de preços para aquisição de produtos químicos, destinados à Secretaria de Serviços Públicos, Água e Esgoto, para utilização no tratamento de água bruta, pelo período de 12 (doze) meses, será **SUSPENSÃO**, até que todas as dúvidas sejam sanadas, Andréia Cristina Posselti Melo, Pregoeira Oficial, Birigui, 27/05/2013.